

## O problema do “Brexit” é mais complexo do que se pensa

É extremamente interessante que o Prof. Peric, 107 anos antes do referendo britânico sobre o “Brexit”, considerasse que a Grã-Bretanha deveria ser excluída da Federação Europeia.

9 de Abril de 2019, 6:25

[Conteúdo exclusivo](#)

A pedra angular da UE moderna foi assente com o Primeiro Congresso da Federação Europeia (Premier Congrès de la Fédération Européenne), realizado em Roma. A abertura do congresso foi no Domingo, 16 de Maio de 1909, às 10 horas da manhã, no grande salão do Collegio Romano (construído pelo Papa Gregório XIII em 1508) e o encerramento foi no dia 20 de Maio de 1909.

A iniciativa e o apoio financeiro para a convocação do Congresso foram dados por Max Waechter, um pacifista inglês. Waechter tinha anteriormente lançado um apelo a todos os estadistas europeus pedindo a criação duma Federação Europeia, que seria a primeira condição para alcançar uma paz duradoura no continente, tendo inclusive apresentado pessoalmente as suas ideias aos representantes das monarquias e repúblicas europeias. A ideia de Waechter de criar uma União Europeia passou pela análise da situação económica e financeira dos Estados Unidos e da Europa, de que concluiu que todas as vantagens estavam do lado americano.

As diferenças que colocavam em vantagem os Estados Unidos face aos Estados europeus decorriam particularmente dos seguintes aspectos: nos Estados Unidos apenas uma pequena percentagem da população estava envolvida no serviço militar, o que disponibilizava mão-de-obra suficiente para a produção; a indústria dos EUA não estava sob a pressão dos enormes custos para armamento, uma vez que os Estados da América não temiam uma guerra entre si, logo não havia lugar a restrições económicas e financeiras para as empresas.

Ou seja, após a Guerra Secessionista (Guerra Civil Americana), em 1862, os Estados Unidos não tiveram mais conflitos, enquanto na Europa desde 1862 que existiram “muitas e terríveis” guerras: prussiana-austro-húngara, franco-prussiana, duas guerras servo-turcas, russo-turca, servo-búlgara e greco-turca. A cada sete anos havia uma guerra. Na Europa, portanto, de acordo com Waechter, os Estados tinham necessidade de se armar, olhando-se entre si com desconfiança e suspeição, constantemente “em vigilância apenas para poderem tirar benefícios para si mesmos em detrimento dos seus vizinhos”.

Os impostos excessivos decorrentes dos custos em armamento “causavam insatisfação geral, criavam o socialismo e outras doutrinas que ameaçavam provocar uma revolução social e destruir a actual civilização”. “O espírito empreendedor estava paralisado pelo medo da guerra”... Cada Estado tinha as suas próprias taxas aduaneiras”, o que coloca uma barreira entre este e os seus vizinhos”. Partindo destas conclusões, Waechter conclui que, no futuro, só poderia haver um resultado: “uma guerra europeia, um desastre que ninguém pode

considerar sem temor, tendo em conta a actual perfeição dos meios de destruição. Uma guerra destas arruinaria completamente os perdedores, deixando, ao mesmo tempo, os vencedores em tal estado de exaustão que possibilitaria a qualquer potência estrangeira (exterior à Europa) impor facilmente a sua vontade a toda a Europa”.

A UE foi, portanto, o sonho de 20 monarquias europeias (incluindo Portugal e a Sérvia) e duas repúblicas (França e Suíça).

No referido Congresso, o Reino da Sérvia foi representado pelo Prof. Živojin Perić, da Faculdade de Direito de Belgrado, quem continuaria a ser um firme defensor da integração europeia até ao fim da sua vida. O Prof. Perić foi um dos primeiros grandes oponentes dos conflitos europeus e o mais consistente lutador pela unificação da Europa. Nas suas obras, Perić tem como princípios orientadores a ideia da autoridade do poder do Estado, a dos direitos do indivíduo, assim como a ideia de pacifismo. Daí a sua resistência ao uso de meios violentos, como guerras, revoluções ou golpes de Estado. O compromisso de Panevrop é um compromisso com a paz duradoura e o pacifismo, ressalta.

O Prof. Živojin Perić nasceu na Sérvia, em 1868, e morreu na Suíça, em 1953. Foi Professor na Faculdade de Direito de Belgrado de 1898 a 1938. Foi membro da Academia Real das Ciências e Artes da Sérvia e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lion, bem como Professor da Academia de Direito Internacional de Haia. Era um legalista convicto e um pacifista; revoltado pelo destronamento e assassinato do Rei Alexandre e da Rainha Draga Obrenović (mortos em 1903, pela mesma organização que matou o Rei D. Carlos e o Príncipe herdeiro D. Luís Filipe cinco anos depois!), após o golpe apresentou um relatório criminal do assassinato, o qual renovou repetidamente para este não prescrever.

O Prof. Živojin Perić foi um dos pioneiros da ideia de uma União Europeia (Federação). Como legalista convicto, evolucionista, pacifista e cristão, afirmou que a razão para convocar o Congresso foi a anexação da Bósnia e Herzegovina em 1908 e o perigo para a Europa de “uma guerra europeia generalizada”.

É extremamente interessante que o Prof. Perić, 107 anos antes do referendo britânico sobre o “Brexit”, considerasse que a Grã-Bretanha deveria ser excluída da Federação Europeia. Ou seja, sem questionar se a Grã-Bretanha é geograficamente parte integrante ou não da Europa, Perić considera que esta não poderia ser um membro de um “Estado Federativo Europeu pela simples razão de que tal organização federativa da Europa não está de acordo com seus interesses”. Existe a percepção de que a Grã-Bretanha contribui para o estabelecimento da Liga das Nações, como forma de impedir a organização federativa da Europa. Mais, se o conceito de uma Europa federativa fosse adotado, o Reino Unido esforçar-se-ia para entrar nessa federação “a fim de observar que a Europa, embora federada, não estaria longe do que era no passado, continuando a apresentar dois pólos de poder rivais, em outras palavras, mais uma vez, seria apenas um jogo da política britânica. Formalmente, a Europa seria federada, mas na realidade, seria a continuação do antigo sistema de equilíbrio no qual apenas um Estado, o Reino Unido, governaria sozinho”.

No Congresso, o Prof. Perić ressaltou ainda: “Toda a história política da Europa mostra que as preferências do Reino Unido estiveram sempre do lado do equilíbrio de poder na Europa, isto é, um sistema no qual as forças europeias se dividem em dois grupos opostos em equilíbrio, ou algo próximo, entre si (*Zweimaechtegruppensystem*): com tal sistema, a Grã-Bretanha seria o árbitro da Europa e seu senhor; o destino do continente europeu não estaria

nas suas próprias mãos, mas nas de um não-europeu, mais precisamente numas mãos anti-europeias que o governariam”. Tal interesse, como foi concluído por muitos autores, mantém-se até hoje no “estado profundo” britânico.

Em teoria, outros argumentos a favor da não participação do Reino Unido na UE podem ser apontados. Nomeadamente, o facto da Grã-Bretanha diferir da Europa continental no sistema de unidades de medida, no planeamento urbano; no estilo de parques; na condução pelo lado esquerdo; no sistema monetário e, finalmente, no sistema legal, o qual é significativamente diferente. Ao fazê-lo, a GB não mostra o menor desejo de adaptar algumas das diferenças mais significativas à maioria, pelo contrário, esforça-se por impor as suas especificidades aos outros. Estas diferenças significativas são, em particular, o sistema métrico e, especialmente, o sistema jurídico.

O problema da diferença fundamental dos sistemas jurídicos da Europa continental e o da Grã-Bretanha não pode ser resolvido a menos que os britânicos adoptem uma reforma da sua jurisprudência, proposta pelo famoso advogado e filósofo britânico, e um dos maiores humanistas de todos os tempos, no século XIX, Jeremy Bentham, que consiste numa codificação abrangente da Lei britânica. Bentham considerava que o sistema legal (britânico) baseado na coincidência histórica – lei precedente (a qual é sempre gerada pela indução), e não no sistema racional (que implica uma codificação antecipada e abstracta, um sistema lógico no qual qualquer situação factual pode ser submetida a uma norma de codificação - lei estatutária, a qual é sempre gerada pela dedução), é incapaz de responder aos tempos modernos, é um obstáculo a reformas sociais necessárias. A sua proposta para reforma da jurisprudência britânica não foi aceite, especialmente devido à visão dos conservadores de que “a legislação é um inimigo natural da Lei”.

No Primeiro Congresso da Federação Europeia, foi particularmente acentuado que a Europa deveria ter autoridades organizadas de forma similar aos EUA. Designadamente, a fim de criar um tribunal federal, haveria um Parlamento Europeu, que aprovaria leis federais, bem como um exército federal.

Não obstante as advertências acerca dos interesses britânicos na Europa, apresentadas no Primeiro Congresso da Federação Europeia, em 1909, cuja essência ainda é a constante da política britânica, a questão que deve ser colocada para os britânicos é a de se estariam dispostos a mudar o seu sistema de unidades de medida, para “o euro”, para o sistema jurídico continental ou a conduzir pelo lado direito da estrada? No caso de a resposta ser positiva, o segundo conjunto de perguntas poderá ser mais fácil. Aceita: o Tribunal Europeu, cujas decisões estão acima do vosso Supremo Tribunal; as leis europeias, aprovadas pelo Parlamento Europeu, que são, acima de tudo, os seus regulamentos e um exército europeu, ao qual o exército britânico deverá obedecer? Acredito que a resposta geral seria positiva, caso Jeremy Bentham implementasse as reformas necessárias e da ilha ser governada por Sir Tomas More.

Embaixador da Rep. da Sérvia em Portugal

#